

AJ18291



O aterro da Prainha pode se transformar num parque de lazer

*Prainha — À espera de uma solução

Marcos Mendes

A Associação de Moradores de Vila Velha — AMVV-Centro — continua com sua luta em preservar o aterro da Prainha e instalar nele a área de lazer Homero Massena. Quarta-feira, os moradores têm encontro marcado com o governador Max Mauro, quando lhe entregaram um memorial solicitando providências e apoio para a viabilização do projeto.

A AMVV-Centro pretende sensibilizar o Governo do Estado para o tombamento da área da

res do centro de Vila Velha que a Câmara Municipal aprove o mini PDU (Plano de Desenvolvimento Urbano), que caracteriza a Prainha como área de urbanização restrita. Aprovado o PDU, só seriam permitidas construções de no máximo dois pavimentos, a partir do térreo.

Segundo Willis de Faria, atual presidente da AMVV-Centro, existe no Detran, o projeto Cidade da Criança, nos moldes do que foi desenvolvido em Belo Horizonte. Um dos itens do projeto: ensinar às crianças noções de trânsito. Com a implantação do Parque Homero Massena, pretende-se que esse projeto também seja viabilizado na Prainha.

Se Vasco Fernandes Coutinho teve que enfrentar os índios para dar início à colonização da Capitania, agora, os moradores de Vila Velha enfrentam o descaço das autoridades em definir a instalação do Parque Homero Massena, o Exército que tencionava construir o Quartel General da 2a. Brigada de Infantaria e interesses econômicos que vêm na Prainha *um ótimo negócio*.

Se por um lado existem dificuldades e impecilhos, por outro, os moradores esperam contar com o governador Max Mauro, nascido em Vila Velha, para definir a situação, favoravelmente.

A proposta da comunidade é simples. Reverter à ela a praia

aterrada pela Comdusa e construir um parque de lazer aberta a toda a população do município tivesse acesso. Paralelamente, o parque funcionaria como Terminal Turístico Social, que serviria de centro de apoio e informações aos turistas e romeiros que visitam o Convento da Penha.

Se a proposta é simples, existem entraves bem complexos. O aterro realizado ocorreu em área pertencente à União, cedida ao Governo do Estado sob regime de aforamento. O imóvel foi repassado à Comdusa para integralização de seu patrimônio. Num verdadeiro empurra, empurra, a definição de utilização do aterro ocioso completa quase três anos.

Em 83, a AMVV-Centro já se preocupava com a situação da Prainha que *recebia* o terminal aquaviário. Nessa mesma época ela corria o risco de ter sua área invadida pela exploração imobiliária. Naquele ano foi enviado ao então comandante da Capitania dos Portos do Estado, Carlos Augusto da Silva Figueira, pedido de interseção para que se evitasse uma construção de oito andares junto à Pedra de Inhoã.

Apelos

Prefeitos, vereadores, governadores, ministro e até o presidente José Sarney já receberam os apelos da comunidade de Vila Velha que insiste em preservar seu patrimônio histórico-cultural e

paisagístico. Berço da colonização espiritosantense.

Numa seqüência de cartas e abaixo-assinados, os moradores de Vila Velha se dirigiram em 13 de novembro de 85 ao Ministro do Desenvolvimento Urbano, Flávio Peixoto reivindicando-lhe o apoio para que a Prainha recebesse a atenção necessária e, se transformasse numa área útil à comunidade. Na mesma data, o governador Gerson Camata foi acionado para que adotasse medidas semelhantes às utilizadas na área próxima ao Terminal Rodoviário, que culminou com a implantação do Parque Tancredo Neves. Depois de Camata, foi a vez do Ministro do Exército, general Leônidas Pires que foi comunicado da luta da AMVV-Centro em preservar a Prainha da intenção manifesta do 38o. Batalhão de Infantaria em construir um Quartel General da 2a. Brigada de Infantaria. No mesmo documento a Associação de Moradores pedia o apoio do ministro para a implantação do Parque de Lazer Homero Massena.

O deputado federal Vasco Alves, na época, prefeito de Vila Velha, também foi acionado pela comunidade, que lhe entregou um documento com mais de três mil assinaturas apelando que intercedesse junto às autoridades estaduais e federais para que a Prainha recebesse um tratamento dig-

no de sua tradição histórica e em sintonia com as aspirações da população. Agora é a vez do governador Max Mauro.

Sensível ao problema, o prefeito Vasco Alves chegou a declarar em outubro de 85 que "juridicamente, cabe à Prefeitura o uso e ocupação do solo urbano. O município e o Estado não podem abrir mão da preservação da área em função de seu significado e importância histórica".

Há 452 anos começava o processo de colonização do Estado. O início foi difícil. Índios, animais e as condições naturais tive-

Vasco Alves, Camata e Max Mauro ajudam na luta pela preservação da Prainha.

Os moradores da Prainha não querem casas com mais de dois andares. E lutam por isso.

Prainha com todos os seus bens históricos-culturais: a Igreja do Rosário, as palmeiras imperiais, a antiga entrada do Convento da Penha e os casarões do início do século. Os moradores desejam ainda que se proceda à recuperação arquitetônica das Praças Tamandaré, da Bandeira e Capitão Otávio Araújo, que compõem o conjunto histórico da Prainha.

Esperam ainda os morado-

ram que ser vencidas. Hoje, a situação é outra e as coisas continuam difíceis. Será essa a perspectiva do Espírito Santo?

A data do encontro entre o Governador e a AMVV foi oportuna. Véspera das comemorações da colonização espiritosantense. Quem sabe não vai pintar uma bela surpresa? Se considerarmos as promessas do governador será uma bela - e bem-vinda - surpresa.